

## **Patrimônio balneário: a cultura do veraneio no Rio Grande do Sul e Uruguai**

Joana Carolina Schossler

Artigo desenvolvido no âmbito da 2ª Chamada Pública de Artigos do Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

**Rio de Janeiro  
2017**

## **Resumo**

A cada ano, milhares de habitantes do Rio Grande do Sul e do Uruguai migram para as praias durante os meses de verão. Esse desejo da beira-mar é uma prática social e cultural que remonta ao final do século XIX, quando os banhistas passaram a procurar as praias para os banhos terapêuticos e recreios de final de semana.

Durante as primeiras décadas do século XX, a descoberta de novos territórios marítimos e o investimento por parte de empreendedores foi acompanhado pelos usos sociais que transformaram o litoral em cidades balneárias.

O fenômeno de ocupação dos balneários marítimos durante os meses de verão representa uma parte significativa da história cultural, social, política e econômica do Rio Grande do Sul e do Uruguai, e está atrelado aos demais aspectos culturais, históricos e geográficos que aproximam esses dois territórios.

Este artigo apresenta a prática social do veraneio e seus patrimônios como uma proposta para pensar a valorização de seus aspectos culturais, arquitetônicos e paisagísticos, os quais constituem parte significativa da identidade e da cultura de brasileiros e uruguaios.

**Palavras- chave:** cultura balneária, patrimônio balnear, paisagem cultural

## I. Introdução aos elementos de uma paisagem cultural

Uma fronteira terrestre delimitada por uma via urbana de ida e volta separa o Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, do país vizinho, o Uruguai. Essa fronteira física que, de um lado, demarca a cultura rio-grandense e, de outro, a cultura platina, é uma via que, de um lado a outro, permuta importantes aspectos sociais, culturais, históricos e geográficos entre esses dois territórios, os quais se conectam por suas singularidades culturais.

De Montevideu a Porto Alegre, uma distância de aproximadamente 811 km separa as duas regiões, as quais possuem em seu entorno uma paisagem que se assemelha pela constituição do campo e do litoral, sendo que o período de calor é aguardado pela intermitência das amenas estações climáticas e por paisagens urbanas e campestres.

A costa marítima margeada pelo oceano Atlântico compreende, do lado uruguaio, uma extensão de 500km<sup>2</sup> que se mescla com o estuário *Río de la Plata*<sup>1</sup>, “um rio tão largo quanto o mar”<sup>2</sup>. Esse aspecto referente à fisionomia da paisagem permite entender a formação das tipologias balneares que se constituíram no litoral uruguaio no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, pois as praias balneárias localizadas dentro de Montevideu são formadas pelas águas do Rio de La Plata e se distinguem das praias localizadas sobre o Oceano Atlântico, que são formadas por uma longa extensão de areias, pontas rochosas, eventuais dunas e ventos.<sup>3</sup> Já do lado brasileiro, a costa do Rio Grande do Sul se divide entre o litoral norte, médio e sul<sup>4</sup>, e é banhada por cerca de 620 km do Oceano Atlântico. Entre esses dois territórios, a costa litorânea se assemelha pela formação linear e arenosa, pela composição de dunas e gramíneas, mar gelado, de coloração pouco atrativa e com alta presença de ventos.

Se a fisionomia da paisagem foi pouco atrativa aos olhos de alóctones que descreveram o litoral como inóspito, essa mesma paisagem desértica e pitoresca despertou o interesse de exploradores, artistas, investidores financeiros, médicos e urbanistas, os quais contribuíram para a domesticação do território natural e tornaram o território marítimo atrativo para as sociedades urbano-industriais.

A descoberta do espaço marítimo e a fundação das estações balneárias está ligada à presença de imigrantes europeus, que incorporaram a prática dos banhos de mar terapêuticos ao novo território de vida, agregando à beira-mar outros usos e significados.

Para essa adaptação dos banhos nos mares do sul, a estrutura das estações balneárias foi projetada a partir dos modelos balneares de prestígio já existentes na Europa. Mas antes dessa configuração, foi necessário dominar a natureza, drenar e fixar dunas por meio do plantio de espécies adequadas, e então construir um espaço balneário para favorecer o convívio social.

Organizar um território significa dominar a natureza, que reflete no domínio de si frente à modernidade. Assim, o espaço da beira-mar nasce como um lugar de

---

<sup>1</sup> O Rio de la Plata é um estuário formado pelas águas do Rio Paraná e Uruguai, que se mesclam com as águas do Oceano Atlântico.

<sup>2</sup> “Este es el río de la plata, tan ancho como el mar”, extraído da passagem do filme “Por el camino”, direção Charly Braun, Uruguai-Brasil-França, 2010.

<sup>3</sup> GEOURUGUAY: Informe del estado del Ambiente. PNUMA - Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Montevideo/Uruguay, 2008.

<sup>4</sup> BRASIL. Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.fepam.rs.gov.br/programas/programa\\_gerco.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/programas/programa_gerco.asp)>. Acesso em: 13 junho 2015.

contemplação e deambulação da paisagem, mas sobretudo como um lugar onde é possível ver e ser visto. Para isso, a estrutura formada por cassinos, teatros, quiosques, museus, hotéis e praças compõe os cenários de sociabilidades entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, sem a qual a beira-mar não existiria no imaginário coletivo.

As edificações de equipamentos como hotéis, cassinos, restaurantes, quiosques, praças e diques foram fundamentais para o desenvolvimento de projetos inspirados nos discursos e práticas internacionais. No entanto, é preciso destacar que, apesar da circulação dessas ideias em território Latino Americano e da presença de profissionais liberais estrangeiros, que atuaram na execução desses projetos, a história e o patrimônio arquitetônico do Rio Grande do Sul e do Uruguai demonstram algo inédito e peculiar em suas práticas e edificações. Trata-se de uma arquitetura regional original, que permite ler a beira-mar como um território de experimentação, onde a construção de novas cidades se deu a partir das práticas culturais e da dinâmica própria dos territórios, aspectos que podem ser examinados a partir da interação do homem com o litoral.

No despontar dos anos 1940, as estações balneárias tornam-se mais democráticas, devido à conquista das férias pagas. Esse período também foi marcado pela tomada do poder público para o desenvolvimento de novos projetos para as cidades balneárias, que até então eram geradas pela iniciativa privada. Essa nova dinâmica incide sobre uma nova configuração do espaço litorâneo, que foi acompanhada pelo crescimento econômico e demográfico e revelada nas novas formas de apreciação da beira-mar. Sem tardar, essas novas formas de apreciação foram assimiladas por investidores imobiliários, que organizaram o território e conceberam diferentes tipos de habitações para acolher as distintas classes sociais de veranistas.

Atualmente, a especulação imobiliária tem causado novas transformações na paisagem geográfica e cultural, e é saliente na zona costeira do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Assim, de um litoral antes frequentado por pescadores, lavadeiras e por alguns banhistas em busca da cura marítima, o desejo da beira-mar e a evolução dos seus usos e de seus costumes reorganizaram o espaço litorâneo e os elementos do seu entorno.

As cidades balneárias e a prática social do veraneio podem ser entendidas como um patrimônio das sociedades contemporâneas, pois essa é uma tradição que se repete a cada ano, sendo passada de geração em geração. Contudo, as memórias desse patrimônio encontram-se em constante transformação, devido às intervenções humanas, as quais ocasionam uma nova organização do espaço e de suas formas de uso.

Tendo em vista esses elementos, este artigo se propõe a pensar como o veraneio pode ser patrimonializado, e quais são os instrumentos que permitem desenvolver políticas de proteção e valorização para a paisagem, a arquitetura e a prática cultural compartilhada por uruguayos e gaúchos.

Para construir as bases desse questionamento, a metodologia empregada se utiliza da bibliografia sobre a formação da beira-mar como lugar de lazer, sendo que esta permite a interpretação de fontes documentais, fotográficas e jornalísticas que foram coletadas em diferentes arquivos do Rio Grande do Sul e do Uruguai, e que servem para mostrar a evolução desses territórios e a formação de equipamentos específicos dessas cidades balneárias.

Por meio do método hipotético-dedutivo, as bases gerais da bibliografia internacional permitem empregar uma análise comparativa para os casos da formação balnear no Rio Grande do Sul e Uruguai. Nesse sentido, a bibliografia produzida na América Latina possibilita compreender e interpretar a formação dessa prática cultural no Atlântico Sul, levando a constatar que a construção de seus balneários não foram uma mera importação estrangeira, visto que se constituíram por meio de uma sociedade

heterogênea, e pela formação de um pensamento profissional coeso no campo da arquitetura. Esse pensamento, por sua vez, se expressou na beira-mar por meio da formação de cidades modernas e especializadas, que podem ser pensadas como patrimônio a partir do conceito de paisagem cultural.

## II. A praia: de uma história cultural para uma paisagem cultural

Em 1986, o historiador francês Alain Corbin publicou um livro sobre as transformações do território marítimo a partir dos usos sociais da beira-mar. O simbólico título *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental* mostra como as representações do mar foram construídas e resignificadas socialmente ao longo do século XVIII e XIX.<sup>5</sup>

Corbin parte das representações bíblicas para explicar que o homem superou o medo e a fobia do mar, quando então as sensibilidades do romantismo permitiram que ele encontrasse na paisagem pitoresca os elementos para a apreciação da natureza, conforme os ideais do belo e do sublime.<sup>6</sup>

As imersões dos banhos de mar como cura para os males da civilização urbano-industrial nasceram a partir da apreciação estética pela paisagem marítima. É nesse contexto que o desejo coletivo pela praia é inventado socialmente, ganhando então novos usos e significados.

O estudo precursor de Alain Corbin se consolidou na França como uma referência fundamental para a história cultural e para a história das sensibilidades, pela qual o próprio autor enfatiza que “não há outro meio de conhecer os homens do passado a não ser tomando emprestado seus olhares, vivendo suas emoções”.<sup>7</sup>

Desde os anos 1980, os usos sociais da praia têm sido objeto de estudo de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, biólogos e arquitetos, os quais buscam aprofundar a relação do homem com o litoral, mostrando as suas metamorfoses ao longo do tempo. A abordagem interdisciplinar sobre a apropriação do litoral por meio da prática simbólica do veraneio mostra que a praia surgiu “pela incorporação dos aspectos materiais da realidade quotidiana, pela construção de imagens atribuídas de significados e pela sua transformação em palco de representação da sociedade mediante a introdução do conjunto de códigos, ritos e práticas que o caracterizam”.<sup>8</sup>

Em termos teóricos, os estudos sobre a cultura balneária têm se orientado pela perspectiva da História Cultural, pois essa teoria permite um diálogo com outras áreas

---

<sup>5</sup> CORBIN, Alain. *Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>6</sup> A teoria do belo e do sublime surgiu no século III pelo grego Login e foi utilizada pelo inglês Edmund Burke no século XVIII para entender o surgimento do homem sensível e as sensações nele produzidas. No mesmo século, a teoria foi depurada por Emmanuel Kant, que definiu que sublime é o que comove e belo é o que estimula. Os conceitos podem ser aprofundados em: BURKE, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. São Paulo: Editora UNICAMP. KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: Ensaio sobre as doenças mentais*. Campinas, Editora Papyrus, 1993. CONAN, Michel. Posfácio: Le pittoresque: une culture poétique. In: GILPIN, William. *Trois essais sur le beau pittoresque*. Paris: Éditions du Moniteur, 1982.

<sup>7</sup> CORBIN, op. cit., p. 7.

<sup>8</sup> FREITAS, Joana Gaspar de. *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. De 1990)*. Doutorado em História. Universidade de Lisboa. 2010, p. 19.

do saber, além de uma panóplia de interpretações, abordagens e métodos que ampliam e enriquecem a análise sobre as representações que tangem o universo balnear.<sup>9</sup> Conforme ressalta Roger Chartier, a História Cultural permite “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.<sup>10</sup> Partindo dessa premissa, Chartier sugere olhar para as representações por meio de seus discursos e práticas sociais.

Já Alain Corbin acrescenta que a leitura das sensibilidades como um método de análise da História Cultural permite construir imagens do outro e dar forma ao imaginário social.<sup>11</sup> O historiador Martin Jay também salienta que a diversidade dos sentidos na interação entre natureza e cultura revela ao pesquisador alguns segredos que permitem “filtrar o mundo através de significados culturais adquiridos, dentro dos quais estamos imersos”.<sup>12</sup>

A sociedade da praia também foi estudada pelo antropólogo Jean-Didier Urbain, que interpreta a ocupação do território a partir dos personagens do romance Robinson Crusoe, de Daniel Defoe. Por meio das categorias sugeridas por Corbin, Urbain constrói a etnografia das praias, mostrando que o “desaparecimento” da população do litoral está relacionado ao aparecimento do banhista. Esse estudo avança com interessantes contribuições sobre as relações sociais que se estabelecem no mundo efêmero dos balneários marítimos, permitindo analisar a popularização da prática social do veraneio.<sup>13</sup>

Na América Latina, a maioria dos estudos sobre as práticas sociais dos banhos de mar tem seguido o enredo interpretativo de Alain Corbin, que mostra como a costa marítima foi descoberta e sofreu alterações a partir de seus usos. Essa forma de construção social da paisagem marítima foi retomada pelo próprio Corbin em 2001, em um livro que mostra a relação do homem com a paisagem, sob a perspectiva de que a “paisagem é uma maneira de ler o espaço, um modo de apreensão dos sentidos, que é também construída conforme o conjunto de crenças, de convicções científicas e códigos estéticos, sem esquecer a ambição pela organização do espaço”.<sup>14</sup>

Em vista desses pressupostos teóricos, a metodologia da História Cultural será empregada para mostrar como o espaço físico do litoral foi apropriado, transformado e utilizado no Rio Grande do Sul e no Uruguai durante o período de 1860 a 1950. Por meio dessa teoria é possível analisar as diferentes fontes históricas que constituem os vestígios sobre as formas de representações e as dinâmicas sociais dessa prática cultural, a qual moldou o litoral como um espaço de sociabilidades e lazer.

O universo que constitui a história dos balneários permite criar um inventário composto pelos vestígios da atividade balneária, desde a sua descoberta e ocupação, até a percepção da paisagem, a edificação de equipamentos e suas arquiteturas, os banhos de mar, os códigos, costumes e comportamentos, as formas de deslocamento, as sociabilidades e lazeres à beira-mar, os vestuários e outras particularidades que serão

---

<sup>9</sup> HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001. CHARTIER, Roger. *La historia o la lectura del tempo*. Barcelona: Gedisa, 2007. 52- 57.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª edição. Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

<sup>11</sup> CORBIN, Alain. *O prazer do historiador*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v 25, nº 49, 2005, p. 20.

<sup>12</sup> JAY, Martin. *No reino dos Sentidos: uma introdução*. Tradução: Cristina Meneguello. Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. UNICAMP, v. 4. nº 5, 2012, p. 3-11.

<sup>13</sup> URBAIN, Jean-Didier. *Moeurs et coutumes balnéaires*. Paris: Payot, 2002.

<sup>14</sup> CORBIN, Alain. *L’homme dans le paysage*. Paris: Les éditions Textuel, 2001, p. 59.

analisadas a fim de entender como o veraneio foi constituído, ao longo da história, no imaginário social, e como ele pode ser entendido como um patrimônio cultural.

### **III. Os banhos de mar e as estações balneárias: um patrimônio sob perspectiva de (re)conhecimento e proteção**

Ao longo do século XIX, as estações balneárias se desenvolveram em torno das práticas terapêuticas que foram, de certa forma, uma transposição das estações hidrominerais para o território marítimo.<sup>15</sup> Nesse início das estações balneárias, os preceitos de cura foram somados à expansão e à modernização dos centros urbanos, fatos que acabaram consolidando a praia como um lugar melhor para se viver.

No Uruguai e no Rio Grande do Sul, os banhos de mar começaram a ser praticados por volta de 1860, quando alguns curistas e banhistas passaram a procurar as águas dos seus respectivos mares para cura ou recreios de final de semana. Os banhos de mar terapêuticos foram então incorporados no Atlântico Sul, devido à presença de imigrantes europeus, os quais possuíam o conhecimento sobre o benefício das imersões em águas marítimas, passando a praticar os banhos de mar em novo ambiente.

Se, inicialmente, o mar aparece como um lugar de contemplação e deambulação da paisagem, a organização do espaço balnear exige um domínio da natureza, sendo necessário preparar o território para a edificação de um conjunto de equipamentos, constituído por cassinos, teatros, quiosques, hotéis, praças e espaços para passeio. Essa organização, inaugurada em 1769 na Inglaterra, com o nascimento da estação balneária de Brighton, passou a ser um modelo para os balneários que se estabeleceram posteriormente no litoral francês.<sup>16</sup>

Ao analisar o surgimento e a tipologia das estações balneárias na França, a arquiteta Dominique Rouillard enfatiza a importância da reconstituição do território marítimo a partir da paisagem. Segundo a autora, a formação do espaço por meio da intervenção das sociedades imobiliárias e seus diferentes atores constitui, no espaço imaginário, as primeiras composições e representações de uma paisagem real.<sup>17</sup>

Em sua análise sobre a fisionomia da paisagem, Jean-Marc Besse permite interpretar que esse percurso breve sobre as características físicas dos territórios marítimos indica caminhos para a leitura da formação e do desenvolvimento da paisagem, cuja realidade física está, para a geografia, intrínseca aos valores estéticos e ao olhar imbuído de significados sociais ou econômicos. Sendo assim, o reconhecimento da geofoma, da natureza e de seus elementos sociais constituem uma paisagem atemporal ou imemorable frente às dinâmicas de transformação e apropriação do espaço, as quais não podem ser ignoradas na formação dos balneários marítimos.<sup>18</sup>

Se a fisionomia da paisagem é uma realidade objetiva que identifica um território<sup>21</sup>, o redimensionamento na forma de olhar e contemplar o espaço consolida a praia como paisagem dominante da costa litorânea, garantindo a ela os sentidos e as representações, a partir da interação dos homens com o meio. É nesse encontro com um

---

<sup>15</sup> PERRET-GENTIIL, Yves, LLOTTIN, Alain & POUSSOU, Jean-Pierre. *Les villes balnéaires d'Europe occidentale: du XVIIIe siècle à nos jours*. Paris: PUPS, 2008, p. 48.

<sup>16</sup> TOULIER, Bernard. *Architecture et urbanisme: Villégiature des bords de mer XVIII-XX siècle*. Paris: Éditions du Patrimoine, 2010, p. 16.

<sup>17</sup> ROUILLARD, Dominique. *Le site balneaire*. Belgique, Pierre Mardaga Éditeur, 1984, p. 9-10.

<sup>18</sup> BESSE, Jean Marc. *Ver a terra*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 62-64.

<sup>21</sup> Idem, p. 68, 69.

território que sempre existiu e sempre esteve lá que a sensibilidade e a admiração da paisagem surpreendem o olhar dos banhistas, os quais, sem tardar, tornam-se turistas.

Tendo em vista que o fenômeno balneário representa uma inovação em matéria de ocupação do espaço, e que confere ao “território do vazio” o status de lugar organizado e atraente, nascendo, dessa ocupação, as práticas sociais e as formas específicas do modo de habitar, normalmente temporárias, é possível então pensar a patrimonialização da prática cultural do veraneio por meio da categoria de paisagem cultural, pois essa prática demonstra como a evolução da sociedade humana e o uso do espaço litorâneo ao longo do tempo atribuiu à praia as características de um lugar de cura, descanso, lazer e sociabilidades.

A categoria de paisagem cultural foi instituída pela UNESCO em 1992, posterior às diretrizes pensadas na Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972, a qual já constatava que os patrimônios cultural e natural estavam cada vez mais ameaçados devido às causas naturais, mas também pela evolução econômica que alterava o meio de vida.<sup>19</sup> Desse modo, o debate a respeito da paisagem cultural indica como esse conceito surgiu permeado pelas ideias da Geografia Cultural, a qual entende a paisagem a partir da morfologia e/ou das características simbólicas, sendo então definido que o termo paisagem cultural “engloba a variedade de manifestações e interações entre o homem e o ambiente natural”.<sup>20</sup>

Conforme destaca Daniela Pistorello ao analisar os Roteiros Nacionais de Imigração por meio da categoria da paisagem cultural, a contribuição da Geografia Cultural permitiu ver a paisagem além de seus aspectos espaciais, sendo então entendida como parte do sistema cultural da sociedade.<sup>24</sup> A pesquisadora Marcela Vasconcelos também salienta a paisagem como algo vivo e dinâmico, que sofre transformações por meio dos agentes naturais, mas também pela presença antrópica do homem.<sup>21</sup>

Na cronologia realizada por Rafael Winter Ribeiro em relação ao surgimento do conceito e seus usos, o autor assinala o panorama de reflexão sobre o reconhecimento e a valorização da categoria de paisagem cultural. Para isso, Ribeiro aponta que os elementos culturais estão associados à geografia, às pessoas e seu ambiente, e que essa concepção abarca a “ideia de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar”.<sup>26</sup>

A partir da definição estabelecida pela UNESCO em 1992, é possível pensar a cultura balneária como uma paisagem cultural, visto que a relação entre o homem e o espaço litorâneo estabeleceu no território marítimo uma tradição que é repetida todos os anos por suas respectivas populações, e a esse território são atribuídos diferentes usos e significados ao longo do tempo. Em vista disso, o litoral pode ser entendido como uma “paisagem essencialmente evolutiva, pois conserva seu papel social ativo na sociedade contemporânea”.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, 1972.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/PaysagesCulturels/#1>>. Acesso em: 05 maio 2016. <sup>24</sup> PISTORELLO, Daniela. “O Brasil da diversidade?": patrimônio e paisagem cultural no projeto roteiros nacionais de Imigração. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015, p. 142.

<sup>21</sup> VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. *As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira*. Revista CPC, São Paulo, nº 13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012, p. 55. <sup>26</sup> RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 41 a 48.

<sup>22</sup> UNESCO. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*, Lisboa, 2012, p. 70.



Nas reflexões apontadas sobre a categoria de paisagem cultural, Ribeiro observa que a definição do conceito é complementada pelas diretrizes pensadas pela Convenção Europeia da Paisagem de 1994<sup>23</sup>, que considera que, em primeiro lugar, os significados da paisagem são definidos e caracterizados segundo a maneira pela qual o território é percebido.<sup>29</sup>

Pensando a categoria de paisagem cultural em conjunto com as reflexões realizadas pela Convenção, cabe apontar que os estudos sobre a cultura balneária têm mostrado, por meio da análise interpretativa de Corbin, como o surgimento dos balneários marítimos está atrelado à descoberta do “território do vazio”, onde a prática dos banhos terapêuticos foi inaugurada e incorporada por grupos sociais privilegiados, sendo em seguida apropriada por outros grupos sociais que instauraram na praia uma espécie de comunidade de verão.

O segundo ponto da Convenção declara que a paisagem é um testemunho do passado e do relacionamento entre indivíduos e seu meio ambiente.<sup>24</sup> Desse modo, ao considerarmos que a prática social do veraneio compreende o imaginário social contemporâneo e que o mar é um elemento preponderante na paisagem brasileira e uruguaia, cabe destacar que suas sociedades pouco tem se perguntado quando essa tradição começou e por que, afinal, vamos à praia todos os anos? Esses elementos mostram a necessidade de reconhecimento de uma prática que faz parte da identidade de brasileiros e uruguaios, mesmo que de maneira inconsciente.

A última observação da Convenção entende que a paisagem ajudaria a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. Em vista desses elementos, a história das sensibilidades permite resgatar as memórias dos veraneios de outrora, para a qual o imaginário contemporâneo muitas vezes desconhece que os veraneios de antigamente aconteciam em longas viagens com carroças de bois, que os colchões dos hotéis eram de palha, que as sinetas dos hotéis regravam o tempo dos veranistas, que os banhos de mar eram realizados antes de o sol nascer e que o cheiro de mar significava o esperado encontro do homem com o mar.

As reminiscências sonoras e olfativas compõem as experiências de uma prática comum e que tem atravessado gerações.<sup>2526</sup> Em vista disso, pensar a patrimonialização da cultura balnear possibilita preservar uma paisagem cultural que tem evoluído e continuará sendo modificada por essa prática, a qual se repete todos os verões. Portanto, refletir sobre a proteção do litoral por meio da categoria de paisagem cultural permite que essas mudanças sejam acompanhadas e planejadas por meio de uma gestão de preservação, para que o patrimônio paisagístico, arquitetônico e cultural seja herdado pelas futuras gerações com qualidade.<sup>27</sup>

É importante destacar que, desde o século XIX, a continuidade cultural dos banhos de mar nesses territórios é responsável pela atribuição de valor ao território marítimo, sendo que a evolução de suas práticas e representações transformaram esses balneários em atrativos turísticos. Nesse sentido, pensar os balneários e a cultura do veraneio como patrimônio cultural não simboliza instituir esses balneários à lista de bens do Patrimônio Mundial da Humanidade, mas sim pensar sua trajetória e seus

---

<sup>23</sup> Conselho Europeu, Convenção Europeia da Paisagem, 2000.

<sup>29</sup> Idem, p. 51.

<sup>24</sup> Idem, Ibidem.

<sup>25</sup> BABELON, J. -P.; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Édition Liana Levi, 1994, p.

<sup>26</sup> .

<sup>27</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 55.

elementos enquanto história, tradição, arquitetura e memória que necessitam adquirir sentidos para que possam ser preservados por suas sociedades.

No Uruguai, a categoria de paisagem cultural tem sido utilizada para pensar o litoral e suas práticas culturais dentro da política turística da marca “Uruguay Natural”.<sup>28</sup> As pesquisas vinculadas ao laboratório de estudos sobre paisagem cultural, coordenado pelo pesquisador espanhol Joaquín Sabaté, tem assinalado como o litoral, enquanto elemento formador da cultura e da identidade dos uruguaios, tem sido explorado como objeto de proteção e gestão em prol do turismo.

En 2008 se aprueba la Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible, que en sus ocho títulos define los fines y naturaleza del ordenamiento territorial, haciendo mención específica al patrimonio y a los paisajes culturales. Entre sus principios rectores establece “... la tutela y valorización del patrimonio cultural, constituido por el conjunto de bienes en el territorio a los que se atribuyen valores de interés ambiental, científico, educativo, histórico, arqueológico, arquitectónico o turístico, referidos al medio natural y la diversidad biológica, unidades de paisaje, conjuntos urbanos y monumentos”. Establece el deber de todas las personas de “... proteger el medio ambiente, los recursos naturales y el patrimonio cultural y conservar y usar cuidadosamente los espacios y bienes públicos territoriales y el deber de proteger el patrimonio cultural”.<sup>29</sup>

Os estudos de Sabaté têm enfatizado a importância da categoria de paisagem cultural para o desenvolvimento de ações que visam preservar os bens culturais presentes nessas paisagens.<sup>30</sup> A partir de seu entendimento, o conceito de paisagem cultural é visto “como um âmbito geográfico associado a um evento, a uma atividade ou a um personagem histórico que contém valores estéticos e culturais”. Dessa forma, o pesquisador tem reforçado a importância desse conceito como instrumento de desenvolvimento dos territórios.<sup>31</sup>

No terceiro número da revista *Identidades*, produzida pelo *Laboratório internacional de Paisajes Culturales*, sob a coordenação de Sabaté, os artigos que compõe a edição versam exclusivamente sobre as paisagens culturais no Uruguai, trazendo contribuições sobre a morfologia do território marítimo, a paisagem como produção contínua e construção coletiva, a urbanização turística e as práticas sociais.<sup>32</sup>

Ainda que a tradição do veraneio possa ser pensada dentro da categoria de patrimônio imaterial, entende-se que o conceito de paisagem cultural é o instrumento de preservação mais adequado, visto que ele integra o patrimônio material e imaterial, cultural e natural, superando a dicotomia dos conceitos no campo da preservação patrimonial, e englobando os diferentes aspectos da cultura balneária, como a natureza,

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.turismo.gub.uy>>. Acesso em: 5 maio 2016.

<sup>29</sup> LEICHT, Eleonora et all. La puesta en valor de los paisajes culturales en Uruguay. In: SABATÉ, Joaquín. *Identidades*. Território, Cultura, patrimonio. v. 1, 2005. Barcelona: Laboratório Internacional de Paisajes Culturales, 2005, p. 19.

<sup>30</sup> PISTORELLO, op. cit., p. 144.

<sup>31</sup> SABATÉ, op. cit., p. 19-21.

<sup>32</sup> SABATÉ, Joaquín. *Identidades*, território, proyecto, patrimonio. v. 3, 2012. Barcelona: Laboratório Internacional De Paisajes Culturales.

a prática cultural do veraneio, a arquitetura, o traçado urbano, a habitação e os demais elementos que atribuem valor ao patrimônio balneário.<sup>33</sup>

No Brasil, o IPHAN tem se mostrado sensível à categoria de paisagens culturais, construindo e discutindo o conceito por meio da difusão de bibliografia para ampliar as possibilidades do uso desse conceito. A exemplo dessas iniciativas, também é possível destacar as três edições do “Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, patrimônio e projeto”, organizado pelo Instituto com a proposta de “repensar as ideias tradicionais do campo da preservação”.<sup>34</sup>

Por meio do panorama apresentado na pesquisa realizada por Ribeiro em 2007, é possível entender como, ao longo da trajetória do IPHAN, a paisagem tem sido entendida, interpretada e reinterpretada. O autor mostra que, após 1960, com o nascimento do turismo de massa, a preservação da paisagem como elemento da natureza passou a preocupar especialmente a instituição, que desde os anos 1980 tem se empenhado em preservar a diversidade da paisagem brasileira.<sup>35</sup>

Com a adoção do conceito de paisagem cultural a partir de 2009, a tipologia foi instituída pela Portaria nº 127/2009, para a qual o IPHAN criou a chancela de paisagem cultural como um instrumento de preservação para “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.<sup>36</sup>

A chancela de paisagem cultural por meio da inscrição do patrimônio em seu Livro Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico se soma aos “instrumentos de proteção patrimoniais já existentes, como o tombamento e o registro de bens imateriais, criando meios para a proteção de grandes porções territoriais e, também, incentivando a gestão participativa do patrimônio cultural”.<sup>37</sup>

Desse modo, entende-se que a categoria de paisagem cultural é o instrumento mais adequado para pensar o patrimônio balneário, visto que a prática cultural do veraneio nesses territórios evidencia como, ao longo da história dos banhos de mar, essa paisagem foi construída, modificada e resignificada socialmente. Além desses fatores, o reconhecimento da cultura balneária como patrimônio cultural permite o reconhecimento e a valorização da prática do veraneio como elemento constitutivo da identidade de gaúchos e uruguaios.

Nesse sentido, o estudo comparativo entre as estações balneárias do Rio Grande do Sul e do Uruguai permite analisar e contrastar o fenômeno balneário que ocorreu no Ocidente entre o final do século XIX e o início do século XX, o qual se fez saliente na América Latina durante a modernização dos seus centros urbanos. Logo, a comparação dos territórios marítimos entre os países vizinhos permite analisar os traços fundamentais que colocam em evidência os distintos aspectos de suas estações balneárias, dando a perceber os elementos em comum e suas ausências, as quais, devido à sua reciprocidade e proximidade geográfica, favoreceram a circulação de ideias que

---

<sup>33</sup> RIBEIRO, op. cit., 106.

<sup>34</sup> Os respectivos “Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, patrimônio e projeto”, acoteceram em 2010, 2012 e 2014.

<sup>35</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 91-92.

<sup>36</sup> IPHAN/DEPHAM. *Paisagem Cultural*. Brasília, 2009, p. 13.

<sup>37</sup> VASCONCELOS, op. cit., p. 63.

transitaram nesses espaços, criando intercâmbios culturais, intelectuais e turísticos motivados pelo fenômeno balnear.<sup>38</sup>

A partir desses conceitos, veremos a seguir como os elementos da história do veraneio permitem entender a cultura do veraneio como paisagem cultural, tendo em vista uma história em comum, mas que guarda suas singularidades, semelhanças e diferenças, das quais a comparação permite descobertas relevantes sobre essa prática em comum entre os dois territórios.

#### IV. O veraneio como Patrimônio Balneário

Desde a publicação do livro de Corbin até os recentes estudos, é unânime a interpretação de que os balneários marítimos se desenvolveram a partir da expansão das linhas ferroviárias, que passaram a ligar o litoral aos centros urbanos.<sup>39</sup> Esse aspecto permitiu que as estações balneárias se consolidassem afastadas dos centros, mas não longe das populações, que poderiam chegar à beira-mar com facilidade.<sup>40</sup>

As formas de deslocamento até as praias levaram o homem a descobrir novos lugares e itinerários, e transformaram o território marítimo em uma paisagem coletiva e cultural.<sup>41</sup> Nesse sentido, a praia se torna um espaço dinâmico, de troca, de circulação e de comunicação, onde o banhista é um estrangeiro em busca de cura, conforto e lazer.<sup>42</sup>

Sabaté, ao analisar os exemplos de patrimonialização realizados nos Estados Unidos a partir da categoria de paisagem cultural, sugere alguns conceitos, métodos e instrumentos que auxiliam na reflexão sobre cultura, território e patrimônio. O especialista sinaliza que as formas de deslocamento e os meios de transporte pertencem a uma história em comum que permite conhecer os vestígios da cultura que passam despercebidos, mas que, quando são revelados, surpreendem os próprios residentes.<sup>43</sup>

No Uruguai, em meados do século XIX, as águas da praia de Ramirez eram utilizadas por lavadeiras e por alguns poucos banhistas. Devido à sua proximidade com a cidade e por suas águas tranquilas, Ramirez ficou conhecida como a primeira estação balneária de Montevideú. Dessa forma, em 1871, uma empresa ferroviária de capital inglês inaugurou uma nova linha de transportes no local e também estreou um complexo balnear de médio porte, que ligava o centro à praia.<sup>44</sup>

Já no Rio Grande do Sul, os primórdios dos banhos de mar remetem à década de 1860, quando se tem notícias de que alguns curistas se deslocavam da capital gaúcha em direção às águas frias do litoral para a cura de diversas doenças. Naquele tempo, a

---

<sup>38</sup> BARROS, José D'Assunção. *História Comparada- Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico*. Revista História Social, nº 13, 07-21, Campinas, São Paulo, 2007.

<sup>39</sup> DÉSSERT, Gabriel. Banhos de mar por receita médica. In: GOFF, Jaques Le. *As doenças têm história*. Portugal: Terramar Editora, 1997, p. 337.

<sup>40</sup> ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 181.

<sup>41</sup> LAVENIR, Catherine Bertho. La roue et le stylo: comment nous sommes devenues touristes. Paris: Odile Jacob, 1997, p. 10.

<sup>42</sup> TOULIER, Bernard. *Les réseaux de la villégiature en France*, In Situ [En ligne], 4 | 2004, mis en ligne le 01 mars 2004, consulté le 14 février 2014. URL: <http://insitu.revues.org/1348>, p. 2-3.

<sup>43</sup> SABATÉ, op. cit., 2005, p. 24.

<sup>44</sup> CORRAL, Alicia Torres. *El paisaje y la Mirada: historia del Parque Rodó 1896 -1930*. Montevideo: Cal y Canto, 2000, p. 40.

ida às praias era realizada com carroças de bois ou cavalos, em viagens longas que duravam cerca de oito dias.<sup>4546</sup>

Conforme demonstram os estudos de Corbin e Rouilliard, o “território do vazio” começa a ter evidência quando é descoberto por um promotor que passa a efetuar no território os primeiros investimentos que dão vida à estação balneária.<sup>47</sup> Nesse sentido, é possível perceber que a praia de Ramirez se torna atrativa para a sociedade uruguaia quando a empresa ferroviária edifica uma estrutura balnear que contava com casinhas de banhos separadas para homens e mulheres, serviçais encarregados de cuidar das roupas dos banhistas, além de restaurante e confeitaria.

Para acessar a praia e utilizar o balneário e as casinhas de banhos, os interessados deveriam adquirir os bilhetes de trem com tarifas diferenciadas.<sup>48</sup> O primeiro bonde saía do centro da cidade em direção à praia com uma frequência de 7 minutos, a partir das 4h22min da manhã<sup>49</sup>. Essa organização evidencia que eram seguidos os preceitos terapêuticos dos banhos de mar, os quais eram praticados conforme as recomendações médicas, ou seja, antes do sol nascer, evitando assim o bronzeado da pele e garantindo os rigores da cura.

No ano de 1874, os empreendedores Marquez e Casanovas apresentaram ao governo uruguaio um projeto solicitando a autorização para construir e gerenciar banhos públicos e flutuantes na orla de Ramirez. O projeto seria explorado durante vinte anos, sendo que após este período o estabelecimento seria um benefício para a nação.<sup>50</sup> Após os trâmites de negociação do território, o projeto da estação balneária foi executado em madeira e mantinha banhos separados para homens e mulheres, bem como abrigo para o vento e acesso facilitado, através de transporte de cavalos, por uma ponte que dava passagem até o terraço. Nesse espaço, escadas levavam os banhistas até a água, permitindo a prática dos banhos terapêuticos.



Imagem 1: *Playa Ramirez*, sem data, autor desconhecido. Acervo: Cabildo/ Montevideo.

<sup>45</sup> SCHOSSLER, Joana C. *História do veraneio no Rio Grande do Sul*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. -166.

<sup>47</sup> CORBIN, op. cit, 1986; ROULLIARD, op. cit, 1984.

<sup>48</sup> *Jornal El Ferrocarril*, 06/01/1882. Acervo: Biblioteca Nacional de Uruguay.

<sup>49</sup> *Jornal El Ferrocarril*, 02/12/1880. Acervo: Biblioteca Nacional de Uruguay.

<sup>50</sup> Archivo General de la Nacion, Escribania del gobierno y hacienda caja 302, 1 AL 35, 1874. Montevidéo, Uruguai.



Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os registros fotográficos e pictóricos permitem imaginar aquele tempo em que os banhistas vestiam roupas de banho grossas, vestidos longos e chapéus para as sociabilidades à beira-mar. As imagens também permitem perceber a estrutura de alguns equipamentos, como as casinhas de banhos com rodas, que podiam ser levadas para dentro da água e serviam para a troca de roupas e para os banhos privados.<sup>51</sup>

A incorporação de determinadas tipologias balneares nos mares do Atlântico Sul foi favorecida pela similaridade dos elementos naturais dos territórios marítimos, mas também pela presença de imigrantes europeus, que constituem a história da formação dos países do Cone Sul. Em vista disso, a estação balneária de Ramirez foi edificada conforme a tipologia banhar inglesa, devido à presença de investidores ferroviários dessa nacionalidade.<sup>52</sup>



Imagem 2: Estrutura dos “Banhos de senhoras”. Imagem 3: Estrutura dos banhos para Praia de Pocitos, Uruguai, 1900. mulheres e ao fundo casinhas de banhos Acervo: CDF/ Montevidéu, Uruguay. na praia de Ramirez, Uruguai.

1896 a 1904.

Imagens data entre

CABILDO/Uruguay.

Acervo:

Ainda que a presença de imigrantes possa ter determinado a forma como a prática cultural dos banhos de mar foi incorporada no início das estações balneárias, cabe destacar que a circulação de ideias também se deu por meio de viagens de imigrantes aos seus países de origem, pela migração de profissionais técnicos à América

---

<sup>51</sup> As cabines de banhos ou casas de banhos surgiram no século XVIII, na Inglaterra, e foram um dos primeiros equipamentos para a prática dos banho de mar, pois permitiam que os banhistas realizassem seus banhos com privacidade e comodidade.

<sup>52</sup> Em relação à tipologia dos balneários europeus presente na história balneária do Uruguai, também é interessante notar a introdução dos banhos flutuantes, que surgiram em 1833, na Itália, por iniciativa



Já na faixa litorânea ao sul do Rio Grande do Sul, um balneário de modelo aristocrático foi edificado visando atender à elite agropecuária do estado e, para isso, o projeto seguia a tipologia dos balneários europeus e dos vizinhos uruguaios. O projeto surgiu em 1885, quando a Companhia Carris Urbanos percebeu o interesse de viajantes pelas praias de Rio Grande, decidindo construir uma linha que ligava o centro urbano à beira-mar.<sup>54</sup>

O balneário Villa Sequeira foi inaugurado em 1890, recebendo o nome do diretor da empresa ferroviária, Antônio Candido Sequeira. Construído à beira-mar, o hotel possuía uma estrutura em madeira com cerca de 700 metros, composta por varandas cobertas, 136 quartos, 8 lojas, salão de jantar, banheiros, *waterclosets* e cassino.<sup>55</sup> A tipologia de estilo inglês provavelmente foi estabelecida devido ao capital econômico da companhia ferroviária de origem inglesa, mas também pela presença de imigrantes ingleses na cidade de Rio Grande<sup>56</sup>, que incorporaram à beira-mar as corridas a cavalo, o *cricket*, os passeios em carruagens e os jogos de bola de borracha como os lazeres mais usuais “próximos da varanda e dos camarotes” da estação balneária.<sup>63</sup>

---

<sup>54</sup> ENKE, Rebecca Guimarães. *Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)*. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História), UNISINOS, 2005, p. 51.

<sup>55</sup> FERREIRA, Felipe Nóbrega. *Ao sul do sul o mar também é pampa: sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)*. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História), UFRGS, 2012, p. 105.

<sup>56</sup> ENKE, op. cit. p. 57.

<sup>63</sup> Idem, *Ibidem*, p. 78.





Imagem 4: Carros de bois e banhistas à beira-mar de Tramandaí. Ao fundo, à esquerda, estão localizados os biombos em palha para a troca de roupas. Sem data. Acervo: Museu Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/Rio Grande do Sul, Brasil. Caixa 80- Praias, imagem: 80.66

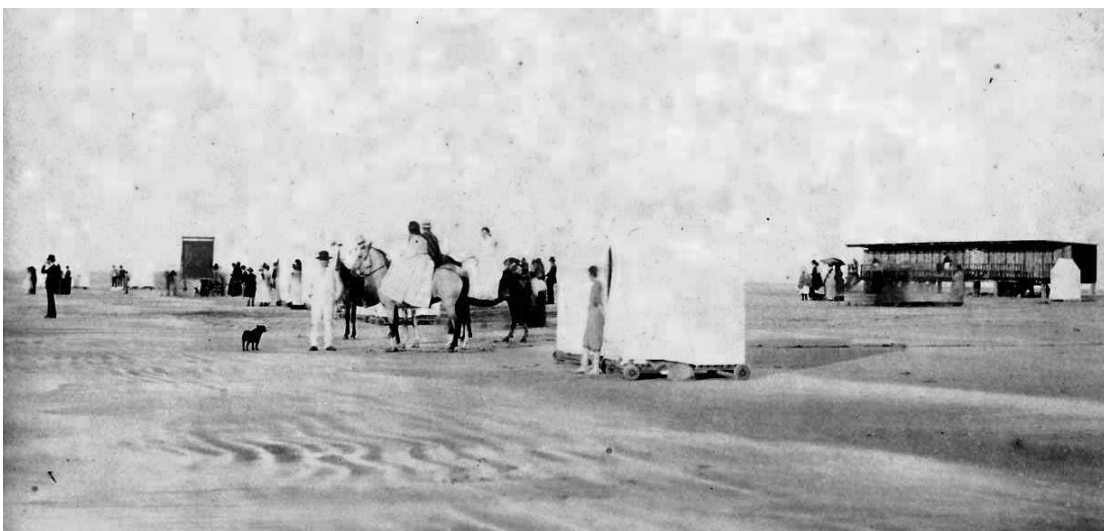


Imagem 5: Orla da praia do Cassino com banhistas e carrinhos de banho, ao fundo o Hotel. Imagem disponível em: <<https://atequeum ponto.files.wordpress.com/2012/10/15-1-praia-balnear-1890atual-praia-do-cassino-foto-acervo-bibliotheca-rio-grandense.jpg>> Acesso em: 25 fevereiro 2016.

Após o desenvolvimento do balneário, alguns veranistas passaram a construir na praia as primeiras residências de veraneio, nas quais reproduziram um estilo arquitetônico semelhante às habitações da costa basca ou normanda, para a qual a arquitetura vernacular, mais conhecida como *colombages*,<sup>57</sup> foi adotada na edificação de chalés,<sup>65</sup> os quais formam uma arquitetura típica de beira-mar.

---

<sup>57</sup> Esse estilo é mais conhecido no Brasil como arquitetura germânica (enxaimel), e se caracteriza por uma fachada branca com detalhes em madeira, as quais são pintadas da mesma cor que as janelas. <sup>65</sup> POMAR, Fabrício Santiago. *Casarão, Espaços e Memórias: do século XIX ao XXI, as mudanças na*

A residência de veraneio é a manifestação material dessa tradição e do desejo de habitar a praia.<sup>58</sup> Mesmo que desde seus primórdios até o presente momento as construções tenham sido descaracterizadas e muitos de seus vestígios tenham desaparecido, em decorrência das transformações territoriais e da crescente especulação imobiliária, a casa continua sendo um elemento simbólico e material da prática cultural dos banhos de mar, sendo também um patrimônio arquitetônico da cultura balneária.

Desde a descoberta do território marítimo até o desenvolvimento das estações balneárias, a paisagem costeira do Rio Grande do Sul tem se transformado devido à ação humana, sendo que para a instalação das estações balneárias foi necessária a contenção de dunas e o florestamento da zona costeira. Essas ações demonstram uma iniciativa em tornar a praia acolhedora para a instalação do homem nesse território.<sup>59</sup>

O projeto de fixação de dunas parece ter sido uma das primeiras formas de intervenção antrópica no espaço costeiro após a introdução dos balneários.<sup>60</sup> Nos Relatórios de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul é possível acompanhar, no decorrer de quinze anos, a ação que se iniciou com caráter experimental em 1919.<sup>61</sup>

Conforme evidenciam as fontes documentais, a ação para conter as dunas iniciou após a consulta a um dunicultor (sic) italiano, vindo da Argentina para visitar o litoral gaúcho e indicar o plantio das seguintes espécies: lomba-verde, cedro marítimo e álamo italiano.<sup>70</sup> Em 1921, o plantio já havia prosperado com maior sucesso na praia de Torres, “causando um efeito estético e o melhoramento do clima”.<sup>62</sup>

Uma década mais tarde, o relatório público revela que, após seis anos de trabalho para fixar as areias, a praia de Tramandaí contava com uma área de 30.000 m<sup>2</sup> de árvores, demonstrando o quanto o projeto era perseverante. Ainda no ano de 1930, foram plantadas 10.800 mudas de lomba-verde na praia de Tramandaí, 1.750 de eucaliptos em Capão da Canoa, além da distribuição de 2.000 árvores aos particulares<sup>63</sup>, o que mostra o incentivo do governo diante dos primeiros processos de transformação de um território a ser habitado. Em 1936, apesar da falta de recursos que limitava o

---

*paisagem edificada da Avenida Rio Grande, Balneário Villa Sequeira/RS*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, FURG, 2011, p. 119-128.

<sup>58</sup> HAIGERT, Cynthia Gindri. Patrimônio cultural: interagindo com a comunidade. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. As várias faces do patrimônio. Santa Maria: Lepa UFSM, 2006, p. 142.

<sup>59</sup> BERTRAND, Frédéric. *As relações Homem-Natureza no quadro dos litorais Atlânticos*. Revista RA'EGA, Curitiba, n. 4, p. 7-21, 2000. Editora da UFPR.

<sup>60</sup> SCHOSSLER, Joana. *Cultura balneária e mudanças na paisagem marítima do Atlântico Sul*. Anais do SNH 2011. Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1363891512\\_ARQUIVO\\_ANPUH-2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1363891512_ARQUIVO_ANPUH-2011.pdf).

Acesso em: 05 maio 2016.

<sup>61</sup> Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Madeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário do Estado dos Negócios das Obras Públicas em 6 de agosto de 1920, p. 85. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>70</sup> Relatório de Obras Públicas apresentado ao Dr. A. A. Borges de Madeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário do Estado dos Negócios das Obras Públicas em 16 de agosto de 1921. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>62</sup> Idem, Ibidem.

<sup>63</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas- Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Civil J. Fernandes Moreira- Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas em julho de 1930. 1º Volume. Oficinas Graphicas da Federação, Porto Alegre, 1930, p. 75. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

serviço, o relatório enfatiza a iniciativa de “transcendental importância para a zona litorânea”.<sup>64</sup>

O plantio de árvores parecia ser a solução mais eficiente encontrada para estabilizar as dunas e domesticar o litoral. A experiência positiva realizada na França a partir de 1862 mostra que o incentivo de políticas governamentais para encorajar os proprietários a plantar espécies de *pinus* acabou por formar um território seguro para o estabelecimento de estações balneárias.<sup>74</sup>

Na América Latina, a experiência com as espécies de eucaliptos para solidificar as dunas também foi uma alternativa utilizada em diferentes regiões. Um exemplo seguido por empreendedores foi o do naufrago inglês Henry W. Burnett, que iniciou, em 1891, a plantação de *pinus pinaster* no território de Maldonado, no Uruguai.<sup>75</sup> Sua iniciativa foi seguida por Francisco Piria, que projetou, em 1890, um balneário autossustentável, objetivando atrair turistas argentinos.

No final do século XIX, muitas estações balneárias surgiram da iniciativa de empreendedores que, por meio da constituição de sociedades anônimas, planejaram a construção de equipamentos frente ao mar. A exemplo desses empreendimentos, cabe citar o projeto que recebeu, em 1888, a concessão da administração municipal de Montevidéu para edificar na praia de Ramirez um hotel com terraço, jardim, cassino, salão de café, restaurante e teatro, e que foi concebido pelo arquiteto francês Pierre Lorenzi e inaugurado em 1909 como o primeiro hotel de luxo.<sup>76</sup>

Durante a construção do Parque Hotel, o governo uruguaio iniciou a criação de um parque próximo às instalações do hotel, sendo que esse local tinha por finalidade embelezar e “aumentar a capacidade pulmonar” da cidade. Para isso, o terreno foi organizado e florestado com o plantio de 3.259 espécies de *pinus*, álamos e tamareiras, que constituem o atual Parque Rodó.<sup>77</sup>

Em paralelo a esses projetos, o governo também iniciou a construção da *Rambla*, uma proposta idealizada desde o final do século XIX, mas que se concretizou nas primeiras décadas do século XX, conectando os balneários afastados de Montevidéu e provocando, portanto, uma transformação na paisagem daquelas praias, como evidenciam os documentos que permitem observar a evolução e a transformação do espaço costeiro.

Ao interpretar o surgimento e o desenvolvimento dos balneários no Uruguai como uma construção coletiva, os estudos acadêmicos têm procurado valorizar as paisagens culturais dos balneários, destacando a morfologia do território e a arquitetura constituída a partir dele. A pesquisadora Eleonora Leicht, por exemplo, considera o balneário como paisagem cultural visto que ele é uma forma de urbanização específica, em que seus traçados, *ramblas*, sua vegetação, seus equipamentos e imaginários associados constituem uma paisagem cultural urbana que muda na estação estival.<sup>78</sup>

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

<sup>64</sup> Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo Dr. Darcy Azambuja-Secretario dos Negócios do Interior, no exercício do cargo de Governador do Estado, em 1º

---

---

---

---

---

---

---

de Junho de 1936. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1936, p. 55. Acervo: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>74</sup> TOULIER, op. cit., 2010, p. 20.

<sup>75</sup> Burnett plantou árvores da espécie *Pinus pinaster* em uma área de dois hectares. Apesar das dificuldades iniciais com os ventos, invasão das areias e insetos que matavam as plantas, o empreendimento inicial baseado nas experiências de arborização das praias europeias obteve sucesso. Alguns anos mais tarde, a sombra generosa e a barreira contra o vento animaram o inglês a estender o esforço a áreas vizinhas. E 1909, já havia plantado sozinho cerca de 192 hectares de terra. VERESE, Juan Antonio. *De naufrago a pioneiro*. Montevideo: Torre del Vigía Ediciones, 2002.

<sup>76</sup> Atualmente, o edifício é sede administrativa do Mercosul, da Organização dos Estados Americanos e da UNESCO.

<sup>77</sup> CORRAL, op. cit., p. 55

<sup>78</sup> LEICHT, Eleonora. *El proyecto territorial del balneario uruguayo-modelo, paradigmas y utopias*. In: SABATÉ, Op. Cit., 2012, p. 307.

Ao longo do processo de evolução e urbanização da beira-mar, as estações balneárias se tornaram cidades balneárias, desencadeando a busca por novos espaços afastados do centro urbano. Em Montevideu, no ano de 1912, o projeto de um novo balneário para atender a um público aristocrático foi desenhado pelo reputado arquiteto-paisagista francês Carlos Thays, que projetou à beira-mar uma cidade com traçado curvilíneo, ao estilo das cidades-jardins.

Apesar de sua auspiciosa proposta, os empresários perderam o entusiasmo devido aos impactos da Primeira Guerra Mundial, sendo o hotel ainda em construção vendido para a municipalidade em 1915. Após a iniciativa pública assumir as dívidas do projeto, a construção do hotel foi retomada pelos arquitetos franceses Jacques Dunant e Gastón Mallet, que edificaram um estabelecimento arquitetônico no estilo neoclássico.

O hotel teve suas portas abertas em 5 de fevereiro de 1921, podendo receber até 500 pessoas para prestigiar seus salões de festa e seu cassino. Em 2012, o edifício foi restaurado pelo Grupo Syasa e, atualmente, é administrado pelo grupo Carrasco Nobile, que elegeu a Sofitel para gerenciar o complexo, inventariado como bem material do Uruguai desde 1975, sendo uma importante edificação frente ao mar. Devido à popularidade das suas praias, que atraíam uma quantidade considerável de banhistas argentinos e brasileiros, o governo uruguaio criou, em 1933, o Conselho Nacional de Turismo, órgão que tinha por finalidade desenvolver políticas de valorização da identidade nacional, buscando também promover o Uruguai como um país balneário. Desde então o país ficou conhecido por suas belezas naturais, sendo um dos principais destinos turísticos na América Latina.<sup>65</sup>

No início da década de 1940, o sucesso das estações balneárias do Uruguai chamou a atenção do poder público do Rio Grande do Sul, que enviou o urbanista e

---

<sup>65</sup> SCHOSSLER, Joana C. *Utopias marítimas no Atlântico Sul: imaginário e tipologias no litoral do Uruguai e do Rio Grande do Sul (1860-1950)*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2016, p. 127-140.

<sup>80</sup> *Jornal Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1942. Acervo particular Paulo Kemp Ubatuba.

engenheiro Ubatuba de Faria à Faculdade de Arquitetura da Universidad de la República do Uruguai, a fim de estudar os empreendimentos na costa atlântica e, posteriormente, executar um plano urbanístico para as cidades balneárias do litoral gaúcho.

De sua experiência no Uruguai, o engenheiro Ubatuba de Faria destacava a estrutura hoteleira dos balneários, que atraía turistas nacionais e internacionais. Nesse sentido, Ubatuba passou a recomendar a necessidade do Departamento de Balneários Marítimos do Rio Grande do Sul de difundir uma educação turística, pois ele acreditava que a “geografia natural” do litoral e o crescente desejo pela beira-mar eram fatores favoráveis para o desenvolvimento turístico das estações balneárias.<sup>80</sup>

Com base na dimensão dos balneários uruguaios, Ubatuba almejava construir uma estação modelo no Rio Grande do Sul. O projeto enfatizava que a nova cidade balneária se ergueria obedecendo a um traçado racional, moderno e altamente social. Suas diretrizes esboçavam avenidas largas, grandes áreas de vegetação e parques com um traçado concêntrico, quadriculado e misto, como almejava a modernidade.

Esse ideal de cidade balneária já havia sido projetado pelo engenheiro em 1939 quando, após a inauguração da rodovia que passava a ligar Porto Alegre à praia de Tramandaí, um grupo de empreendedores solicitou ao governo do Estado a autorização para projetar um balneário moderno, que seria construído a *ex-nihilo*.

Em 1939, os urbanistas Ubatuba de Faria e Pedro Gabriel Moacyr publicaram o anteprojeto da cidade balneária de *Atlantida* no *Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul*, com a ideia de criar um estabelecimento para servir a população. A proposta era fundamentada nas teorias do urbanista francês Pierre Lauga, que dizia que “no tempo de descanso cada um deve ser livre para fazer o que lhe agrada”. Assim, “o papel do urbanista era o de prever lugares especiais para todas as atividades e recreações”.<sup>66</sup>

Nesse mesmo período, a prefeitura de Osório, que na época congregava o domínio de todos os balneários da orla do litoral norte, estabeleceu um decreto de regularização das cidades balneárias, o qual contribuiu posteriormente para a municipalização das cidades litorâneas.<sup>82</sup> A nova ordem determinava que, para erigir novo balneário, era preciso loteamento provido de água e luz, capaz de abrigar 5.000 pessoas, parque com 5 hectares, hotel de material com máximo de conforto e demarcação da zona urbana e rural com terrenos de superfície diferente.<sup>67</sup>

Como consequência dos projetos auspiciosos que apareciam no despontar da década de 1940, as notícias publicadas nos jornais em torno da aprovação das novas cidades balneárias eram perseverantes, pois festejavam que enfim o Rio Grande do Sul teria um hotel comparável aos já constituídos no Uruguai, podendo então ser um atrativo para os turistas da América Latina.<sup>84</sup>

No início da década de 1950, os traços de nanquim e as cores das aquarelas que esboçavam os prédios, jardins, lagos e canais idealizados pelo engenheiro Ubatuba de Faria eram realidade. Um álbum fotográfico não datado e assinado pelo fotógrafo Rubem Kroeff ilustra, em preto e branco, a imagem real de uma praia moderna com

---

<sup>66</sup> FARIA, L.A Ubatuba de; MOACYR, Pedro Gabriel. *Atlantida, cidade balnear*. Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Outubro 1939, número 30, p. 271- 301. Acervo: Biblioteca de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <sup>82</sup> A maioria dos balneários no litoral norte do Rio Grande do Sul acalçaram sua municipalidade entre os anos 1970 e 1980.

<sup>67</sup> *A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul*, 1940. Acervo: IHGRS, Porto Alegre.

<sup>84</sup> *Jornal Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1939. Acervo particular Paulo Kempf Ubatuba.



seus primeiros traçados urbanos, casas, edifícios e hotéis, os quais constituíam as características de uma cidade balneária que se formava frente ao mar.

Enquanto isso, as revistas ilustradas da época publicavam fotografias da praia lotada por corpos bronzeados pelo sol, esbeltos pelo culto ao físico e saudáveis pela simples presença de estar junto ao mar. Para isso, novos equipamentos, entre eles campos de futebol, parques, praças, clubes de ginástica para a prática de esportes e calçadas de passeio foram construídos visando democratizar o espaço marítimo e transformar a estação balneária em uma cidade cada vez mais próxima e similar às cidades urbanas.



Imagem 6: Traçado e urbanização da praia de Atlântida, Rio Grande do Sul. Década de 1950. Acervo: CEDOC/UNISC/ Santa Cruz do Sul.

## **V. Patrimônio e cultura balneária: pensando sua preservação**

No início dos anos 1970, quando o entendimento sobre a ideia de Cultura foi ampliado e as novas manifestações culturais foram englobadas pela noção de patrimônio cultural, uma ampla discussão sobre o que preservar e como preservar passou a preocupar os debates acadêmicos e institucionais. Conforme destaca Marcia Sant'Anna, essas transformações foram iniciadas em meados dos anos 1930, quando surgiu a primeira carta patrimonial, conhecida como Carta de Atenas, a qual estabelecia que “preservação equivalia à conservação”. Posteriormente, as demais “cartas patrimoniais”, como a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais de Conflito Armando (1954), a Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967), e a

Declaração de Amsterdã (1975) passaram a estabelecer quais objetos deveriam ser preservados e quais instrumentos deveriam ser aplicados para sua proteção.<sup>68</sup>

Se as primeiras convenções privilegiavam a preservação de monumentos arquitetônicos, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972, introduziu o patrimônio natural à categoria de patrimônio cultural, passando igualmente a substituir o termo “preservação” por “sistema de proteção”.<sup>86</sup> Apesar das críticas em relação à ideia de autenticidade trazidas por esse documento, essa convenção possibilitou desdobramentos como a definição de patrimônio cultural imaterial, que passou a incluir a expressão e a representação cultural de grupos e comunidades.<sup>69</sup>

Conforme demonstra Marcia Chuva, no Brasil, a noção de patrimônio cultural passou por transformações desde a criação da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1937, sendo que a “herança” deixada por Mário de Andrade “introduziu ideias fecundas acerca da cultura brasileira e das políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”.<sup>70</sup>

Segundo Chuva, entre as ideias introduzidas por Andrade, o patrimônio e o folclore foram pensados conjuntamente no campo das ações públicas, contudo, nos primeiros anos do Sphan, “o que predominou foi a proteção de bens materiais, especialmente, os arquitetônicos, relativos ao período colonial”.<sup>71</sup> Desse modo, durante a abrangência do conceito de patrimônio cultural nos anos 1970-1980, Chuva e Sant’Anna destacam um afastamento dos princípios internacionais da ideia de preservação, sendo esse período marcado pela criação de estruturas estaduais e pelos aspectos econômicos que atravessaram o período da ditadura militar.<sup>72</sup>

No despontar da década de 1990, após ter acompanhado os debates internacionais, o Brasil consolidou constitucionalmente “a noção de bens culturais de natureza imaterial”.<sup>73</sup> Conforme a crítica assinalada por Chuva, “essa continuidade na trajetória do IPHAN pode ter causado possíveis dificuldades na percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural presentes na atualidade”, as quais, em sua opinião, podem vir a ser superadas por meio da categoria de paisagem cultural.<sup>74</sup>

Nesse sentido, se pensarmos na reconfiguração da ideia de cultura e, conseqüentemente, no entendimento do que é patrimônio cultural, a prática cultural do veraneio é um patrimônio que envolve o reconhecimento de valores históricos, estéticos, culturais e também afetivos. Na França, por exemplo, as bases de proteção do patrimônio balneário começaram a ser instituídas a partir da lei estabelecida em 1983, e por meio das zonas de proteção do patrimônio arquitetural, urbano e paisagístico, chamadas de ZPPAUP, que permitiram a proteção de elementos urbanos e paisagísticos, sendo que as estações balneárias receberam notoriedade por suas identidades

---

<sup>68</sup> SANT’ANNA, Marcia. *Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preservacao%20pdf.pdf>>, acesso em 27 julho 2016. <sup>86</sup> Idem, p. 8

<sup>69</sup> UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial*, 2003.

<sup>70</sup> CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. p. 149-150. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA\\_Marcia\\_Por-umahistoria-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-umahistoria-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf)>, acesso em 27 de julho 2016.

<sup>71</sup> Idem, 154.

<sup>72</sup> SANT’ANNA; CHUVA, op. cit.

<sup>73</sup> CHUVA, op. cit., p. 161.

<sup>74</sup> Idem, p. 162-163.

constituídas pela paisagem, traçados urbanos, equipamentos e imóveis.<sup>75</sup> Cabe ainda mencionar que essa iniciativa proporcionou a elaboração de uma bibliografia específica sobre a formação dos balneários marítimos, dentre as quais muitas servem de base aos estudos acadêmicos, os quais permitem conhecer melhor a formação e a evolução desses lugares de veraneio.<sup>7677</sup>

Conforme salienta Ulpiano Bezerra de Menezes, “o patrimônio é um fato social” que está carregado de distintos valores que constituem suas propriedades.<sup>95</sup> Entre os distintos valores elencados e destacados em seu estudo, pode-se destacar o valor formal da prática social do veraneio como patrimônio cultural, pois ele produz oportunidade sensorial de percepção entre o “eu” com “o mundo externo”. Além disso, esses valores que podem ser pensados na formação da identidade, que é somada aos valores afetivos, pelos quais se estabelecem vínculos subjetivos como o sentimento de pertencimento ou identidade.<sup>96</sup>

Como foi visto até aqui, na breve história dos balneários marítimos do Uruguai e do Rio Grande do Sul a transformação do território marítimo está associada à prática cultural do veraneio. A narrativa de alguns elementos significativos sobre a formação desses balneários mostra que essa prática cultural produziu, nesses territórios, uma história e uma paisagem única, a partir de uma prática que é comum a gaúchos e uruguaíais.<sup>97</sup> Logo, essa mudança na paisagem e nas formas de representação interfere na prática cultural e nos valores atribuídos à cultura balneária, sendo assim possível pensar que se busca também preservar uma identidade em transformação.<sup>98</sup>

Em vista disso, é importante refletir: para que serve a proteção dos valores da cultura balneária hoje? A resposta a esse questionamento se esclarece quando entendemos como a praia é um espaço democrático e plural. Se pensarmos no balneário do futuro, no crescente desenvolvimento imobiliário e nas transformações climáticas, podemos então entender o quanto a gestão do patrimônio é imprescindível para favorecer a existência desses aspectos naturais, históricos e culturais que compõem o espaço balneário.

O sentido social atribuído ao litoral na construção da história das praias balneárias “guarda uma estreita relação com certos aspectos mais perenes da vida social, do passado comum e do inconsciente das pessoas”.<sup>99</sup> Não é por acaso que, ao escutar relatos de veraneios de outros tempos ou observar fotografias antigas, um sentimento de

---

<sup>75</sup> TOULIER, Bernard. *Tous à la plage: villes balnéaires du XVIIIe siècle à nos jours*. Paris: Lienard éditions, 2016, p. 65

<sup>76</sup> MIGNOT, Claude. *La villégiature retrouvée: les réseaux de la recherche*. In Situ [En ligne], 4 |

<sup>77</sup>, mis en ligne le 01 mars 2004, consulté le 13 février 2014. URL : <http://insitu.revues.org/1289> <sup>95</sup>

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, vol 1. Disponível em:







Imagem 7: Cartão postal com diversos elementos sobre a praia de Tramandaí. Hotel Sperb e banhistas, ruas com primeiros chalés em madeira, Rio Tramandaí e banhistas.

Acervo: Museu Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/Rio Grande do Sul, Brasil. Fotografias avulsas.

Se a identificação com o hábito de ir à praia parece acontecer de modo inconsciente, por meio da associação com a prática atual do veraneio, ela é pouco relacionada ao conhecimento da história da tradição dos banhos de mar. Sendo a memória e a identidade os pilares fundamentais na constituição do patrimônio, a valorização dessa herança cultural é necessária para o reconhecimento dessa tradição por suas sociedades.

Nesse sentido, é unânime a ideia de que “toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade”.<sup>78</sup> Ulpiano Bezerra Menezes entende que a identidade se relaciona com aquilo que se repete, pois ela garante segurança em detrimento da mudança, facilitando antes os processos de reconhecimento em relação ao de conhecimento.<sup>79</sup>

A interpretação de Menezes é oportuna na perspectiva de valorização e reconhecimento da cultura do veraneio no Uruguai e no Rio Grande do Sul, pois é perceptível que ambas as sociedades não possuem consciência dessa tradição, visto que repetem de forma automática o hábito de ir à praia a cada ano, sem perceber que compartilham com os demais indivíduos e com o país vizinho uma experiência afetiva e coletiva com o mar.

Se a identidade é, para Stuart Hall, algo que está em permanente formação por dentro de processos inconscientes, é possível pensar que o processo de identidade com a prática cultural do veraneio está em construção, visto que os veranistas não conhecem

<sup>78</sup> HAIGERT, Cynthia Gindri. Patrimônio cultural: interagindo com a comunidade. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer. *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Lepa UFSM, 2006, p. 143.

<sup>79</sup> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. *Revista do Iphan* nº 20, 1984, p. 33.

sua história, e por isso imaginam ou fantasiam a respeito do litoral e de seu passado.<sup>80</sup> Em vista disso, acredita-se que a educação patrimonial é de extrema importância para a valorização e o reconhecimento da prática cultural do veraneio, pois ela estabelece “nexos constitutivos entre o passado, o presente e o futuro”.<sup>103</sup>

Nessa perspectiva, reconhecer a tradição do veraneio por meio da categoria de paisagem cultural permite olhar para os balneários de forma ampla, pois o mar é o principal elemento em destaque na interação com o homem e o conjunto urbano.<sup>81</sup> A partir das considerações de Márcia Chuva, entende-se que compreender a mentalidade da relação que se estabelece com o mar durante o veraneio é “trazer ao nível do consciente, elementos que participam do inconsciente daquela população, numa tentativa de produzir um autoconhecimento enquanto conjunto ao mesmo tempo individual, cultural, econômico e social”.<sup>82</sup>

A elaboração de políticas de proteção ao patrimônio balneário é fundamental para o Brasil e o Uruguai, pois o mar é o elemento preponderante na paisagem desses países, sendo esses territórios e suas paisagens ainda marginalizados pelas políticas de proteção. Nesse sentido, o fomento ao reconhecimento do patrimônio balneário como paisagem cultural contribuirá para a valorização da cultura e do patrimônio nessas regiões fronteiriças, as quais muito se conectam por meio da prática do veraneio.<sup>83</sup>

Partindo desses referentes, entende-se que entre as ações possíveis para a preservação da paisagem cultural dos balneários está a política de educação patrimonial, pois ela “facilita a integração dos cidadãos no legado vivo de sua história e de sua memória”.<sup>84</sup> Sandra Pelegrini explica que a educação patrimonial “é uma poderosa ferramenta de alfabetização cultural, que habilita os cidadãos ou comunidades que apreciam o universo cultural onde se inserem”.<sup>85</sup>

Considerando algumas das metodologias sugeridas por Pelegrini, uma das ações possíveis é o resgate da memória dos veraneios de antigamente, pois sua história permite aos veranistas reconhecerem como começou o hábito de ir à praia, a formação das cidades, a constituição de suas primeiras habitações e os diferentes usos sociais da beira-mar ao longo das décadas. Nesse sentido, seria relevante uma aproximação entre a história dos balneários do Rio Grande do Sul e do Uruguai, como uma forma de revelar de que maneira essa tradição possui um passado e um futuro em comum, o qual, ao ser protegido, também renova a sua imagem turística, ecológica e cultural.

Entre as ações a serem realizadas, uma exposição itinerária nos balneários durante o veraneio também favoreceria o reconhecimento de sua identidade por meio da imagem, pois ela envolve os sentidos visual e sensorial e a interpretação das evidências e significados.<sup>86</sup> A exemplo das exposições realizadas ao ar livre pelo Centro de Fotografia de Montevideú, que instalaram grandes painéis no Parque Rodó, uma exposição ao ar livre, de forma didática, constituída com fotografias dos veraneios de antigamente e textos sucintos e instigantes, permitiria à comunidade local e aos

---

<sup>80</sup> HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 38. <sup>103</sup> LEITE, Rogério Proença. *Contra- usos da cidade: lugares e espaços públicos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007, p. 37.

<sup>81</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 95.

<sup>82</sup> CHUVA, Márcia. In: RIBEIRO, op. cit., p. 96.

<sup>83</sup> SABATÉ, op. cit., 2005, p. 26.

<sup>84</sup> Idem, p. 76.

<sup>85</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>86</sup> SABATÉ, op. cit., 2005, p. 24.

veranistas conhecerem melhor a história do veraneio, por meio da observação de fontes históricas relacionada a essa tradição.

Outra possibilidade educativa é a formação de um grupo de teatro para encenar à beira-mar os veraneios de antigamente, a exemplo do que tem sido realizado na praia de Espinho, em Portugal. O teatro possibilita a interpretação das evidências e dos significados dos costumes, podendo mostrar as longas roupas de banho usadas para a prática dos banhos de mar e as sociabilidades de outrora. Além disso, a partir dessa iniciativa seria possível envolver a comunidade local na formação de redes de teatro de rua no Brasil, fomentando assim outras formas artísticas e culturais.

A criação de vídeos abordando as singularidades das cidades balneárias, a exemplo do que foi realizado em 2013 para a exposição *Já não é mais verão*<sup>87</sup>, que mostra os aspectos da paisagem marítima durante o período de intermitência do veraneio, ou o vídeo sobre a interação do boto na pesca artesanal da tainha, realizado em 2015<sup>88</sup>, que aborda a manifestação cultural que acontece apenas na praia de Tramandaí e Imbé, no Rio Grande do Sul, e que sofre perigo de extinção, são dois exemplos de que esse formato é uma poderosa ferramenta para sensibilizar a sociedade e tornar público o conhecimento em relação ao território marítimo e suas diferentes culturas.

Os vídeos a serem realizados podem compor uma plataforma de informações sobre as praias balneárias, a qual seria constituída também de outras informações interdisciplinares a respeito da história, como fotografias antigas e outros documentos históricos, mapas sobre a geografia e seus territórios, detalhes sobre a fauna e a flora, as leis ambientais e urbanas, as políticas de proteção ambiental, os projetos, os monumentos e as particularidades da paisagem cultural. Esses elementos podem ser utilizados para evidenciar o potencial turístico desses balneários e como forma de perceber a evolução e a transformação dos territórios.

O *site* também pode hospedar a proposta de construção de um vocabulário do litoral, que aborde termos relacionados à paisagem marítima em sua pluralidade. A elaboração de uma lista de termos, relacionados às suas respectivas imagens, permitiria a organização e delimitação de parte do conhecimento sobre os balneários e seus elementos constitutivos, em suas mais diversas facetas.

Considerando que a noção de litoral é, geralmente, compreendida por todos, é necessário ressaltar que não existe uma definição única para esse território. Nesse sentido, a paisagem cultural do litoral pode englobar redes de pesca, barcos, geografia, faróis, casas, arquitetura, animais, tradições, monumentos religiosos, flora, fauna, eventos climáticos, geografia, técnicas de pesca, representações do veraneio, entre outros. Por isso, o corpus do texto associado a imagens permitirá designar, descrever e analisar o litoral por sua multiplicidade de componentes, os quais auxiliarão na patrimonialização dos balneários como paisagem cultural.

Além dessas propostas sugeridas, a categoria de paisagem cultural permite um trabalho conjunto com as prefeituras municipais, sendo importante o incentivo ao cumprimento das leis de proteção do patrimônio e preservação da paisagem costeira, pois essas paisagens encontram-se ameaçadas pela especulação imobiliária. O comprometimento dos governos com a proteção do patrimônio dessas cidades balneárias contribui para o seu desenvolvimento, por meio da riqueza que o lugar oferece, pois a paisagem balnear constitui uma experiência que não pode ser substituída.

---

<sup>87</sup> *Já não é mais verão*. Disponível em: <<https://vimeo.com/76174932>> Acesso em: 06 maio 2016.

<sup>88</sup> *A interação do boto na pesca artesanal da tainha*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EBm5RTs1ev0>>. Acesso em: 05 maio 2016.

Considerando que muitas dessas cidades balneárias sobrevivem da prática social do veraneio, gerando renda e emprego, as administrações públicas precisam criar e incorporar em suas gestões as políticas de valorização do veraneio por meio do instrumento de paisagem cultural, entendendo que esse patrimônio favorece o turismo local e reforça a autoestima de suas populações.<sup>89</sup>

Além disso, o incentivo aos estudos acadêmicos em relação ao litoral também é importante para que as fontes existentes possam ser preservadas, pois grande parte da documentação da história desses balneários nos últimos cem anos já desapareceu ou está em processo de decomposição. A publicação de livros, artigos, revistas e folhetos auxiliará na construção da memória dessa tradição, fornecendo suporte para pensar e valorizar o patrimônio balneário como paisagem cultural.

## Conclusão

Nos últimos anos, a questão ambiental do litoral norte do Rio Grande do Sul tem sido tema de discussão na mídia e na arena política de seus municípios. Em 1999, um diagnóstico foi realizado para orientar ações para a conservação da zona costeira do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo apontada, nessa inspeção, uma degradação do meio ambiente e da paisagem da orla marítima devido à urbanização cada vez mais crescente.

No Uruguai, a alteração da paisagem e a perda do ecossistema estão relacionadas à florestação da costa atlântica, que prevaleceu homogeneizada por *pinus* e acácias. Esse plantio modificou a dinâmica natural do movimento das dunas e, somado à expansão e à valorização imobiliária, desencadearam e incrementaram a erosão costeira. Além disso, o aparecimento de *resorts* tem ocasionado uma configuração urbana muito distinta da paisagem natural da costa.

Os exemplos atuais sobre as transformações do território marítimo permitem inferir que a paisagem costeira é fruto de um longo processo de construção cultural. Desde o século XIX, o litoral tem passado por transformações devido à interação do homem com o meio. A interpretação inaugurada por Alain Corbin para entender as representações culturais que denotam a praia como um espaço simbólico da prática social dos banhos de mar permite observar, entre outros aspectos, o quanto o espaço se transformou fisicamente e socialmente no decorrer da história.

Em vista das transformações do território marítimo e de suas características naturais e culturais, a utilização da categoria de paisagem cultural para reconhecer o patrimônio balnear é sugerida como instrumento de preservação e valorização dessa prática cultural, visto que atribui valor às paisagens da história e aos seus produtos.

O estudo de caso comparativo entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul mostra, por meio da análise de fontes diversas, que essa é uma prática compartilhada entre suas sociedades, pois seus territórios marítimos evoluíram a partir da forma de ocupação e de seus processos de povoação temporária. Além disso, sua morfologia, seus traçados urbanos e suas tipologias são as características das paisagens culturais criadas a partir do desejo social pela beira-mar.

Ao comparar os balneários marítimos do Uruguai e do Rio Grande do Sul, é possível atentar para o cruzamento de ideias, o trânsito de modelos, as políticas implantadas e as peculiaridades sociais e culturais que envolviam a prática do veraneio na sociedade gaúcha e uruguaia. Nesse sentido, ao analisar o processo de formação das

---

<sup>89</sup> SABATÉ, op. cit., 2005, p. 25.

estações balneárias na Europa comparadas ao processo ocorrido no Uruguai e no Rio Grande do Sul, é possível entender como se constitui, nos mares do sul, um cenário balnear inédito e peculiar, não se limitando a meras importações ou reproduções.

Portanto, pensar a patrimonialização da cultura balneária por meio da categoria de paisagem cultural auxiliará na construção da identidade de suas sociedades, pois o mar é um elemento central na paisagem cultural e sentimental de brasileiros e uruguaios. Tendo em vista que esse é um conceito que tem interessado o Brasil e o Uruguai, a proposta desse artigo também pode ser pensada a partir dos usos individuais para que essas paisagens se tornem um patrimônio em comum para os demais países do Cone Sul e da América Latina.

### Referencias bibliográficas

**A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul, 1930.**

**A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul, 1940.**

Archivo General de la Nacion, Escribania del gobierno y hacienda caja 302, 1 AL 35, 1874. Montevideú, Uruguai.

BABELON, J. -P.; CHASTEL, André. **La notion de patrimoine**. Paris: édition Liana Levi, 1994.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada- Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico**. Revista História Social, nº 13, 07-21, Campinas, São Paulo, 2007.

BESSE, Jean Marc. **Ver a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BEDUTTI, Valter; Orioli, Valentina. **Spiagge Urbane: territori e architetture del turismo balneare in Romagna**. Milano: B. Mondadori, p. XXII.

BERTRAND, Frédéric. **As relações Homem-Natureza no quadro dos litorais Atlânticos**. Revista RA'EGA, Curitiba, n. 4, p. 7-21, 2000. Editora da UFPR.

BRASIL. Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.fepam.rs.gov.br/programas/programa\\_gerco.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/programas/programa_gerco.asp) Acessado em 10 de janeiro de 2016.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. São Paulo: Editora UNICAMP.

CLANCLINI, Néstor García. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista do IPHAN, nº 23, 1994.

CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres: do balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres- SAPT (1910- 1950)**. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado em História), UNISINOS, 2008.

CARSALDE, Flávio de Lemos. **A preservação do Patrimônio como construção social**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>



CARO, Federico Bonsignore. **Atlántida: historia, imágenes y personalidades, a cien años de su creación**. Montevideo, Trilce, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura Política e política cultural**. Revista Estudos avançados. Vol 9, nº 23. São Paulo Jan/apr. 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª edição. Lisboa: Difel, 1990.

CHUVA, Marcia. **Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil**. p. 149-150. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA\\_Marcia\\_Por-umahistoria-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-umahistoria-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf)>.

CONAN, Michel. Posfácio: Le pittoresque: une culture poétique. In: GILPIN, William. **Trois essais sur le beau pittoresque**. Paris: Éditions du Moniteur, 1982.

Conselho Europeu, Convenção Europeia da Paisagem, 2000.

COSTA, José Geraldo Vieira da. **Imbé, o adeus da cidade jardim?. Minha Cidade**, São Paulo, 08.087, Vitruvius, out 2007, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.087/1915>.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CORBIN, Alain. **L'homme dans le paysage**. Paris: Les éditions Textuel, 2001.

CORBIN, Alain. **O prazer do historiador**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v 25, nº 49, 2005

CORRAL, Alicia Torres. **El paisaje y la Mirada: historia del Parque Rodó 1896 -1930**. Montevideo: Cal y Canto, 2000.

CUNHA, Nelly da. **Montevideo ciudad balnearia (1900-1950): el municipio y el foment del turismo**. Impreso en Artes Graficas S.A, Montevideo, 2010.

DÉSERT, Gabriel. **Banhos de mar por receita médica**. In: GOFF, Jaques Le. **As doenças têm história**. Portugal: Terramar editora. 1997.

ENKE, Rebecca Guimarães. **Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História), UNISINOS, 2005.

FARIA, L.A Ubatuba de; MOACYR, Pedro Gabriel. **Atlantida, cidade balnear**. Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Outubro 1939, número 30.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. **Ao sul do sul o mar também é pampa: sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História), UFRGS, 2012.

FREITAS, Joana Gaspar de. **O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. De 1990)**. Doutorado em História. Universidade de Lisboa. 2010.

FORTINI, Archymedes. **Revivendo o passado**. Porto Alegre: Sulina, 1953.

FUNARI, Pedro; Pelegrini, Sandra. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GEOURUGUAY: Informe del estado del Ambiente. PNUMA - Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Montevideo/Uruguay, 2008.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.  
HAIGERT, Cynthia Gindri. **Patrimônio cultural: interagindo com a comunidade**. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Lepa UFSM, 2006.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001. CHARTIER, Roger. *La historia o la lectura del tempo*. Barcelona: Gedisa, 2007.

JAY, Martin. **No reino dos Sentidos: uma introdução**. Tradução: Cristina Meneguello. Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. UNICAMP, v. 4. nº 5, 201.

LAVENIR, Catherine Bertho. *La roue et le stylo: comment nous sommes devenues touristes*. Paris: Odile Jacob, 1997,

LEITE, Rogerio Proença. **Contra- usos da cidade: lugares e espaços públicos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

LEVANTIS, Laetitia. **La médication par les eaux et climat: Venise, station balnéaire et climatique au 19e siècle**. p. 125. In: Bulletin canadien d'histoire de la médecine. Vol. 30, número 2, 2013.  
<http://www.cbmh.ca/index.php/cbmh/article/view/1586> , acessado em 05 de outubro de 2015.

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: Ensaio sobre as doenças mentais**. Campinas, Editora Papirus, 1993

MACHADO, Helena Cristina F. **A construção social da praia. Revista Sociedade e Cultura**. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia. Vol. 13 (I), 2000.

MARGENAT, Juan P. **Barcos de ladrillo: arquitectura de referentes náuticos en Uruguay 19301950**. Uruguay: Editora independente, sem ano.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Identidade Cultural e Arqueologia**. Revista do Iphan nº 20, 1984.

\_\_\_\_\_. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, vol 1. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES\\_Ulpiano\\_O-campo-do-patrimoniocultural---uma-revisao-de-premissas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimoniocultural---uma-revisao-de-premissas.pdf)

MEYER, Maximiliano. **O pioneirismo teuto-brasileiro no turismo local gaúcho**. In: WITT, Marcos A. et al. *Imigração: do particular ao geral*. Porto Alegre: CORAG, 2009.

Ministerio de la Vivienda ordenamento territorial y médio ambiente. *La frontera del água: el paisaje costeiro del Uruguay*. Uruguay: Gráfica Mosca, 2000.

MIGNOT, Claude. **La villégiature retrouvée: les réseaux de la recherche**. In Situ [En ligne], 4 | 2004, mis en ligne le 01 mars 2004, consulté le 13 février 2014. URL : <http://insitu.revues.org/1289>.

MONTERO, Miguel Álvarez. **Historia e historias de la Rambla**. Montevideo, El Pais, s/a.



PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pedro Weingärter (1853-1929): Um artista entre o velho e o Novo Mundo**. São Paulo, 2009.

PISTORELLO, Daniela. **“O Brasil da diversidade?”: patrimônio e paisagem cultural no projeto roteiros nacionais de Imigração**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A. In: CARRO, Paz Cabello. **Patrimonio Cultural e Identidad**. Ministerio de Cultura de la España. Madrid, 2007.

PERRET-GENTIL, Yves, LLOTTIN, Alain & POUSSOU, Jean- Pierre. **Les villes balnéaires d’Europe occidentale: du XVIIIe siècle à nos jours**. Paris: PUPS, 2008.

POMAR, Fabrício Santiago. **Casarões, Espaços e Memórias: do século XIX ao XXI, as mudanças na paisagem edificada da Avenida Rio Grande, Balneário Villa Sequeira/RS**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, FURG, 2011.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1962.

ROUILLARD, Dominique. **Le site balneaire**. Belgique, Pierre Mardaga Éditeur, 1984.

SABATÉ, Joaquín. **Identidades**. Território, Cultura, patrimonio. v. 1, 2005. Barcelona: Laboratório Internacional De Paisajes Culturales.

SABATÉ, Joaquín. **Identidades**, território, proyecto, patrimonio. v. 3, 2012. Barcelona: Laboratório Internacional De Paisajes Culturales.

SANT’ANNA, Marcia. **Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preservação%20pdf.pdf>>

SCHOSSLER, Joana C. **História do veraneio no Rio Grande do Sul**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cultura balneária e mudanças na paisagem marítima do Atlântico Sul**. Anais da SNH 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1363891512\\_ARQUIVO\\_ANPUH-2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1363891512_ARQUIVO_ANPUH-2011.pdf).

\_\_\_\_\_. **Utopias marítimas no Atlântico Sul: imaginário e tipologias no litoral do Uruguai e do Rio Grande do Sul (1860-1950)**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2016.

STROHAECKER, Tânia M. **A Urbanização no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul : contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Geociências), UFRGS, 2007.

TOULIER, Bernard. **Architecture et urbanisme: Villégiature des bords de mer XVIII-XX siècle**. Paris: Éditions du patrimoine, 2010.

\_\_\_\_\_. **Les réseaux de la villégiature en France**. In Situ [En ligne], 4 | 2004, mis en ligne le 01 mars 2004, consulté le 14 février 2014. URL: <http://insitu.revues.org/1348>.

\_\_\_\_\_. **Tous à la plage: villes balneaires du XVIIIe siècle à nos jours**. Paris: Lienard éditions, 2016.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 1972.

UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**, Lisboa, 2012.

URBAIN, Jean-Didier. **Moeurs et coutumes balnéaires**. Paris: Payot, 2002.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. **As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira**. Revista CPC, São Paulo, nº 13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012

VINCENT, Vles, HATT, Emeline; CLARIMONT, Sylvie. **Requalification des stations littorales anciennes:Caracterisation du vieillissement et identication des strategies de reconqueete Application surle littoral landais a Seignosse-Ocean**. 2009. <halshs-00681565.

VARESE, Juan Antonio. **Pocitos: fotografias e historias. Ediciones de la Banda Oriental**, Montevideo, 2011.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Jornal **El Ferrocarril**, 02/12/1880.

Jornal **El Ferrocarril**, 06/01/1882.

Jornal **Diário de Notícias**, 26 /11/1939.